

As relações políticas entre as famílias Bias Fortes e Andrade na cidade de Barbacena: da formação da poderosa aliança à criação do mito da acirrada rivalidade

Francisco Fernandes Ladeira

Graduado em Geografia pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), especialista em Brasil, Estado e Sociedade pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), professor de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) - Campus Barbacena e do Centro Educacional Aprendiz.

franciscoladeira@bol.com.br

Resumo

Neste artigo abordam-se as relações políticas entre as famílias Bias Fortes e Andrade no município de Barbacena, Minas Gerais. O recorte histórico aferido abrange desde a formação da poderosa aliança entre os clãs em questão, na última década do século XIX, até a ruptura desse arranjo político, fruto das próprias modificações do Estado Brasileiro após a Revolução de 1930, quando foi criado o mito da ferrenha rivalidade entre Bias Fortes e Andrade. O fato marcaria de forma peremptória a história política barbacenense. A partir do confronto de ideias entre autores locais e grandes nomes do pensamento brasileiro, busca-se apresentar como determinados fatos históricos relativos às políticas local, estadual e nacional são distorcidos pela literatura histórica barbacenense.

Palavras-Chave: Barbacena; política; Bias Fortes; Andradadas.

Introdução

Barbacena¹ teve importante participação nos movimentos políticos que agitaram a região das Alterosas e o país a partir da segunda metade do século XVIII. Entretanto, durante a última década do século XIX surgiu no município uma poderosa aliança entre as famílias Bias Fortes e Andrada, que passam a comandar desde então a vida política local.² É demasiadamente complexo e controverso abordar a política barbacenense e as próprias relações sociais na cidade desde a década de 1890 sem levar em conta as alianças e nuances entre as famílias Bias e Andrada. Assim, o município (por que não dizer a região) foi palco de acordos, disputas e conchavos por poder e influência dos dois grupos.

Extremamente conturbada é a tarefa de analisar o cenário político barbacenense calcado na dicotomia Bias e Andradadas. O assunto é polêmico e gera acirrados debates. A maioria das fontes disponíveis acerca do tema é tendenciosa; quando não escrita pelos próprios membros das famílias em questão, são de autoria de correligionários que não se intimidam em transparecer seu apreço pelo grupo político de sua preferência. Também as informações prestadas por alguns cidadãos barbacenenses são dotadas de forte caráter passional.

Na cidade, as questões políticas assumem conotações de religião civil; ser “biísta” ou “bonifacista” não consiste em simplesmente ser simpatizante de um ou de outro político, mas lutar por uma causa, mesmo sem saber o porquê de

¹ As primeiras informações sobre Barbacena remetem à Fazenda da Borda do Campo (hoje localizada no município vizinho de Antônio Carlos), fundada em 1689 por Garcia Rodrigues Paes e Domingos Rodrigues da Fonseca Lemes, e à Fazenda do Registro Velho, construída no início do século XVIII. Ambos os acontecimentos estão relacionados à abertura do Caminho Novo, que ligava a região produtora de ouro das Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Em agosto de 1791 é criada a Vila de Barbacena, “[...] em obséquio ao visconde desse título, que então servia de governador e capitão-general da Província” (MATOS, 1979, p. 101) e “em 9 de março de 1840, eleva-se à categoria de cidade” (SAVASSI, 1991, p. 256).

² Segundo Márcio Bertola (2005), “[Barbacena] é famosa até mesmo fora do país, devido à lendária e acirrada política que envolve os Bias Fortes e os Andradadas”. Para Bonifácio Andrada, “Barbacena, sob o aspecto político é historicamente a principal cidade do Brasil. Não há outra cidade no país que tenha tradição e presença políticas como Barbacena ao longo da história nacional. Ela transformou-se numa localidade que participa ativamente de todos os grandes acontecimentos nacionais”.

tais atitudes. Durante muito tempo, boa parte dos barbacenenses perdeu, de alguma forma, sua liberdade ideológica.³ Eram cidadãos guiados intelectualmente não por seus livres pensamentos, mas pela corrente política à qual pertenciam; a ela deviam, em troca de alguns privilégios, completa fidelidade. Os solares dos Andradadas e dos Bias eram mais que moradas das famílias mais influentes de Barbacena, eram verdadeiros “templos políticos”.

A própria maneira como a população em geral refere-se aos membros de ambos os clãs (codinomes como Zezinho, Biazinho, Andradinha e Candinho) demonstra uma falsa sensação de intimidade com tais homens públicos, vistos como membros da família ou amigos próximos.

Em uma cidade onde a esfera política assume configurações quase religiosas, pretende-se aqui uma abordagem “laica” sobre a evolução política barbacenense desde a última década do século XIX até 1930.

Para algumas interpretações houve em Barbacena um conflito de lideranças: de um lado o ramo mineiro de uma influente família política nacional, os Andradadas, presentes em vários momentos da história brasileira, segundo Ligia Maria Leite Pereira e Maria Auxiliadora Faria (1998). A tradição tem raízes no processo de Independência, firma-se no Império e prossegue pelo período da República. De outro lado, uma importante oligarquia local, os Bias Fortes, cuja história se confunde com a própria ocupação da região de Barbacena desde a abertura do Caminho Novo.

Para outras aferições, o que ocorreu de fato foi a disputa pelo “curral eleitoral” barbacenense, já que os dois clãs sempre apresentaram ideias conservadoras conectadas com as elites estaduais e federais em detrimento dos anseios populares. Dificultaram, também, a ascensão de outras lideranças e ideais políticos no município e na região. Portanto, a rivalidade entre as famílias Bias Fortes e Andrada não passaria de um mito que dividiu o poder político municipal em dois pólos.

³ Segundo Oliveira Viana, o poder local no Brasil era importante “inimigo das liberdades” (VIANNA, 1983 *apud* CORRÉA, 1965, p. 175).

Barbacena, cidade de paixões políticas. Naqueles anos [após a década de 30], ou você era da facção dos Andradas, ou era da facção dos Bias. Não havia escolha. [...] A família Andrada e a família Bias, que um dia chegaram a ser aliadas, tornaram-se rivais históricas, e a cidade ficou dividida. (TAFURI, 2007, p. 55).

Segundo Bertola (2005), Barbacena foi, durante grande parte do século passado, um “feudo” controlado por apenas duas famílias.

República Velha e a vocação política das elites mineiras

Para entender a política barbacenense durante o contexto histórico proposto, é mister analisar as peculiaridades inerentes à República Velha e à própria conjuntura política mineira da época.

Com o advento do regime republicano, “a verdadeira força política, que no apertado unitarismo do Império residia no poder central, deslocou-se para os Estados” (GUANABARA, 1902 *apud* FAORO, 2001, p. 645). “A dinâmica do regime, eletivos os cargos, sobretudo os cargos de governador, leva a deslocar o eixo para os Estados [...]” (FAORO, 2001, p. 704). Todavia, as condições de dependência política e econômica dos municípios foram mantidas.

[...] A primeira Constituinte republicana entregou o município ao Estado. [...] Os Estados, nas suas constituições, estariam livres para organizar os municípios na feição que melhor lhes parecessem⁴ (FAORO, 2001, p. 704).

Desse modo, cabia às elites municipais buscar alianças com os governos estaduais; seu poder local era mantido enquanto estivessem atreladas às elites políticas estaduais. Esse contexto histórico ensejou a consolidação de verdadeiros “caudilhos municipais”. Isso explica, em parte, porque as mudanças dos arranjos políticos mineiros desencadeari-

⁴ Foram concedidos ao comando estadual “[...] a nomeação dos prefeitos (superintendentes, intendentes), a designação interina deles, bem como outros mecanismos de interferência estadual. [...] Não se fez, com o novo regime, nenhum progresso fundamental à lei de 1º de outubro de 1828, que acorrentou as municipalidades ao domínio superior” (FAORO, 2001, p. 704-705).

am as primeiras divergências entre Bias Fortes e Andradadas.

Em Minas Gerais, quando o PRM [Partido Republicano Mineiro] se consolidou, as lideranças políticas locais passaram a depender da liderança desse partido, sobretudo nas eleições que ultrapassassem o âmbito municipal (AMARAL, 2008).⁵

Antônio Carlos Doorgal de Andrada busca justificar a hegemonia de sua família e a dos Bias Fortes em Barbacena durante as primeiras décadas do século passado como “imposição da realidade que sociologicamente representa uma função dentro da comunidade, indispensável ao seu equilíbrio [...].” (ANDRADA, 1985, p. 11). As elites políticas seriam “[...] elo de comunicação das camadas populares [...] com as estruturas de poder existentes”. (ANDRADA, 1985, p. 15).

Em seu livro *Minas Gerais and the Brazilian Federation - 1889-1937*, John Wirth aponta a atividade política como única opção possível para as elites mineiras devido ao fraco desempenho da economia local em âmbito nacional desde a decadência da produção aurífera em meados do século XVIII.

Comparado com São Paulo e Rio Grande, o estado de Minas Gerais era economicamente mais débil e dependente do governo central. Esta seria a explicação de porque os políticos mineiros se transformaram em especialistas de política. Paradoxalmente, diz Wirth, ‘Minas Gerais não tinha outra escolha a não ser desempenhar um papel central em questões de interesse nacional’. (WIRTH *apud* SCHWARTZMAN, 1978).

Em contrapartida, Afonso de Alencastro Graça Filho, na obra *A Princesa do Oeste e o mito da decadência em Minas Gerais: São João Del-Rey (1831-1888)*, descreve uma província mineira marcada “[...] na primeira metade do século [XIX], por prosperidade, dinamismo e uma capacidade produtiva extraordinária” (GRAÇA FILHO, 2002 *apud* LIBBY, 2003).

Decadente economicamente ou não, é fato que Minas Gerais foi celeiro de políticos profissionais, “[...] a mais poderosa bancada de deputados e senadores no Império e

⁵ AMARAL, A. L. Depoimento dado ao autor pelo mestre em História pela UFJF Alex Lombello Amaral. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por Francisco Fernandes Ladeira (franciscofernandesladeira@hotmail.com) em 22 fev. 2008.

na República" (FAORO, 2001, p. 643).

Simon Schwartzman (1978) concebe a permanência da estrutura burocrática colonial como possível origem da vocação política de Minas Gerais. Seguindo essa linha de raciocínio, José Murilo Carvalho afirma que em Barbacena

[...] o poder dos chefes locais era derivado da aprovação da mediação através da manipulação do emprego público [...], [ressalta também] a presença de parentelas e lealdade política reforçada pela exacerbão do faccionismo. (CARVALHO, 2001 *apud* ABREU; BELOCHI, 2001, p. 1.599).

Típico exemplo de prática patrimonialista.

Família Andrada

A família Andrada⁶ no Brasil começa em Santos, então vila de São Paulo, com José Ribeiro de Andrada, português que se estabelece no litoral paulista por volta de 1678. Era filho do lusitano Gaspar Ribeiro, ex-prefeito intendente do Porto (o que demonstra a vocação secular da família para a atividade política) e da espanhola Francisca de Andrada Machado.

O neto de José Ribeiro de Andrada, Bonifácio José Ribeiro de Andrada, rico comerciante, com negócios ligados ao ramo açucareiro, "a segunda fortuna de Santos" (COSTA, 1974, p. 42), foi pai de José Bonifácio de Andrada e Silva, "O Patriarca da Independência", e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, "O Conselheiro". Martim Francisco se casou com Gabriela Frederica, a filha do "Patriarca". Desse matrimônio nasceu Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, "O Bacharel" (também conhecido como "O Senador").

A saúde de Antônio Carlos era debilitada - talvez pelo fato de ter sido fruto de casamento consanguíneo, entre tio e sobrinha, prática comum da época em famílias que desejavam manter seu patrimônio. Ele sofria de tubercu-

⁶ "A família Andrada participa da vida política parlamentar brasileira desde 1821, com a interrupção de apenas oito anos, no século passado" (Revista Geraes, jan. 2008, p. 07).

lose, também conhecida como “doença do peito”.⁷ A enfermidade tomou-o de maneira vertiginosa, tendo inclusive contagiado sua mãe.

Por indicação do José Rodrigues de Lima Duarte, o Visconde de Lima Duarte, médico e deputado federal barbacenense, “a maior liderança política da cidade na época” (ANDRADA, 2007), Antônio Carlos e sua mãe, Gabriela, deslocam-se da baixada paulista para Barbacena, em 1864, para tratamento médico, devido ao clima agradável da cidade mineira. Nestor Massena acrescenta outra razão para essa escolha:

os Andradadas deviam gratidão a Minas, por ter esta eleito Martim Franciso, quando preso, para representá-la na segunda legislatura da Assembléia Geral do Império, sendo, portanto, natural que o Bacharel Antônio Carlos e sua mãe, viúva desde 1844, viessem a residir em terras mineiras (MASSENA, 1985 *apud* PEREIRA; FARIA, 1998, p. 3, 4).

Assim o tratamento pode ter sido um pretexto para esconder a verdadeira intenção de a família Andrada se estabelecer na Província de Minas Gerais, na época o maior colégio eleitoral do país, onde se encontrava uma conjuntura própria à prática política, como abordado anteriormente. Era preciso, então, aliar-se às elites locais.

Recuperado, Antônio Carlos se casa com Adelaide Lima Duarte, irmã do médico que lhe indicou o tratamento, “assumindo a posse da fazenda da Borda do Campo e recebendo o Sobrado em Barbacena como dote do matrimônio” (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 13). “Certo é que da vinda do bacharel Antônio Carlos para Barbacena e de seu casamento com Adelaide de Lima Duarte, de influente família da elite local, resultou a formação do ramo mineiro da família Andrada” (PEREIRA; FARIA, 1988, p. 4).

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada foi pai de José Bonifácio de Andrada e Silva, o “Embaixador”, e de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente do Estado de Minas Gerais entre 1926 e 1930.

⁷ Entrevista de Bonifácio Andrada ao programa “Memória e Poder”. Série Políticos Mineiros. TV Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Belo Horizonte, jul. 2007.

Família Bias Fortes

Já os Bias Fortes, “um dos clãs políticos mais típicos do país” (VIANNA, 1938 *apud* HORTA, 1956, p. 90), eram ligados a oligarquias rurais que se estabeleceram ao longo do Caminho Novo desde o Período Colonial e forneceram influentes lideranças do Partido Liberal na região de Barbacena durante o Império.

“Quando da criação da Vila de Barbacena, em 1791, as oligarquias rurais já controlavam a política local, destacando-se a família Sá Fortes, grande proprietária de gado leiteiro na região”.⁸

A história política da centenária família começa a influenciar Barbacena, de forma decisiva, quando se estabelece na sede do município um jovem bacharel formado na Faculdade de Direito de São Paulo, Crispim Jacques Bias Fortes. Ele havia nascido na localidade de Nossa Senhora do Livramento (atual Oliveira Fortes), próximo da Vila João Gomes Velho (hoje Santos Dumont). Era filho de Francisco José Oliveira Fortes, importante latifundiário e capitão da Guarda Nacional, e de Carlota Benedita Fortes.

Crispim Jacques Bias Fortes era uma liderança muito poderosa na região. Ocupou o cargo de Presidente de Minas Gerais a convite do Marechal Deodoro da Fonseca em 1890, tendo permanecido nele alguns meses apenas e voltado a ocupá-lo entre 1894 e 1898. Foi também deputado federal e senador da República.

Poderosa aliança

Da amizade entre Crispim Jacques Bias Fortes e José Bonifácio de Andrada e Silva⁹ (consolidada na década de 1890) nascem os primeiros laços entre as famílias que viriam a comandar a cena política barbacenense das décadas seguintes. O primeiro, inclusive, lançou o segundo à carreira política (candidato à Câmara Federal em 1894).

⁸ BIAS FORTES, J. F. *Centenário*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1991. p. 23.

⁹ Filho de Antônio Carlos de Andrada e Silva e irmão de Antônio Carlos, presidente de Minas Gerais entre 1926 e 1930.

Surge daí uma aproximação política entre o jovem bacharel [José Bonifácio] e Crispim Jacques Bias Fortes, que vai se constituir num eixo político partidário poderosíssimo e invencível, a dominar por mais de 30 anos a vida pública barbacenense, influindo decisivamente na vida política de Minas e do próprio país [...] (ANDRADA, 1999, p. 83).

Esse eixo irá funcionar por meio de uma estrutura política que tem em Crispim Jacques¹⁰ (e posteriormente em seu filho José Francisco Bias Fortes) a expressão partidária estadual, ora como governante do estado, ora como presidente da Comissão Executiva Estadual do Partido Republicano Mineiro e em José Bonifácio a expressão partidária federal. Portanto, inicialmente, Bias e Andradadas mantiveram relações de simbiose. A família Andrada, para se estabelecer politicamente em Barbacena, necessitava ter ao seu lado importantes donos de terra, os Bias, que, em troca, tinham garantias da manutenção de seu poder na região, conectados à esfera federal. Estava formado o “clientelismo barbacenense”.

Segundo Bonifácio Andrada (1999), tradicionais famílias barbacenenses, como os Abranches, estavam em posição contrária à do grupo Bias-Andrade, compondo juntamente com a família Gonçalves (proprietários do Jornal “Cidade de Barbacena”), a família Massena e os Sena Figueiredo um grupo político à parte dentro do PRM contra as lideranças “oficiais” do município. A essa lista, Lígia Maria Leite Pereira e Maria Auxiliadora de Faria (1994) acrescentam a família Armond.

Não foi por grandes incompatibilidades ideológicas que tais grupos familiares se contrapuseram à poderosa aliança. Talvez seja mais correto nos referirmos a esses grupos como “não simpatizantes” de Bias e Andradadas do que identificá-los como oposição. Disputas por poder e influência podem ter sido as causas dessas divergências. Mesmo sem a força política de Bias e Andradadas, seus adversários políticos conseguiram eleger, durante a década de 1920, Irineu Machado, Olinto Magalhães e Bernardino

¹⁰ Crispim Jacques Bias Fortes faleceu em 14 de maio de 1917.

Sena Figueiredo (os dois últimos no mesmo pleito) à Câmara Federal.

A ruptura política entre Bias Fortes e Andradadas começa com as consequências da Revolução de 1930¹¹. Os acontecimentos que findaram a República Velha e, posteriormente, as escolhas dos novos líderes políticos estaduais e municipais foram decisivos para o término da poderosa aliança.

Durante o governo de Washington Luis foi rompida a política do “café com leite”, em que as oligarquias paulista e mineira se revezavam na chefia da nação. Em vez de indicar o governador mineiro Antônio Carlos, como era de se esperar, foi imposta a candidatura de Júlio Prestes, com o propósito de continuar a política econômico-financeira adotada pelo governo, que não teve dificuldades para vencer o pleito de 1930. Traído por seus partidários, Antônio Carlos foi um dos mentores da Aliança Liberal, embrião do movimento revolucionário que conduziria Getúlio Vargas ao poder.

“Da decepção de Minas Gerais, do seu Partido Republicano Mineiro, do seu governador Antônio Carlos, nascem a intriga, a manobra, os ardis que fendum os dois parceiros que comandam a república” (FAORO, 2001, p. 56).

Em seu livro *A Revolução de 1930 - Marco Histórico*, Bonifácio Andrade, sobrinho-neto de Antônio Carlos, afirma que seu ascendente foi preterido por Júlio Prestes, pois defendia “um projeto de reformas políticas e culturais” (ANDRADA, 1995, p. 19), em âmbito nacional, contrárias aos interesses paulistas que desejavam “uma política econômico-financeira de proteção aos interesses e ao desenvolvimento econômico da comunidade paulista, embora com prejuízos para outras regiões do país” (ANDRADA, 1995, p. 19).

Ao contrário da versão apresentada décadas mais tarde por seu sobrinho-neto, Antônio Carlos não pretendia romper com a estrutura que imperava no Estado Brasileiro. “Nos manifestos da Aliança Liberal não se encontram

¹¹ Para Bonifácio Andrade (conforme entrevista no programa “Memória e Poder”, da série “Políticos Mineiros”, da TV Assembleia Legislativa, em julho de 2007), havia uma tendência natural para o rompimento de relações entre Bias e Andradadas, independentemente de fatores externos.

quaisquer traços de um programa industrialista” (FAUSTO, 1989, p. 44); tratava-se de vingança pessoal contra aqueles que impossibilitaram “sua derradeira oportunidade de atingir a Presidência da República” (BELLO, 1964, p. 331). Havia também o temor de que algum levante popular tomasse o poder. Daí sua famosa frase: “Façamos a revolução antes que o povo a faça”, proferida no discurso da convenção do partido, quando foi lançada a candidatura de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete (CALMON, 1981, p. 2.256).

No plano nacional, os proprietários das máquinas políticas em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, líderes da Aliança Liberal, estavam irritados com a tentativa de Washington Luís para impor outro paulista, Júlio Prestes, no palácio presidencial. Eles apoiavam a “revolução”, não porque quisessem modificações sociais e econômicas básicas, mas como uma justificativa para o seu recurso à revolta armada contra os “de dentro”, que não haviam atendido aos seus interesses nas negociações para a escolha do candidato “do governo” em 1929 (SKIDMORE, 1982, p. 31).

Embora a maioria dos historiadores concorde a respeito da interpretação dessa explanação do ex-presidente do Estado de Minas Gerais em demonstrar sua preocupação em realizar um levante revolucionário sem a participação popular, portanto sem o risco futuro de concessões às classes menos favorecidas, Alzira Alves de Abreu e Israel Belochi apresentam outra visão, próxima à interpretação de Bonifácio Andrada:

[Antônio Carlos] Eleito Presidente de Minas em março 1926, tomou posse em setembro. Sua gestão foi marcada por inovações, como a instituição do voto secreto nas eleições estaduais e municipais, a reforma do ensino primário e normal, dirigida por Francisco Campos e inspirada no movimento da Escola Nova, e a criação da Universidade de Minas Gerais. Suas preocupações reformistas foram sintetizadas na frase “Façamos a revolução antes que o povo a faça” (ABREU; BELOCHI, 2001, p. 24).

Boris Fausto lança em seu livro *A Revolução de 30* a possibilidade da ligação entre Antônio Carlos e a burguesia industrial mineira, localizada principalmente em Juiz

de Fora, cidade onde iniciara sua trajetória política, eleito vereador em 1901. Não foi por acaso que Antônio Carlos, após breve permanência em Ubá e em Palmas, escolhera a ascendente cidade da Zona da Mata Mineira para se fixar.

Era hora, portanto, de procurar ambiente mais condizente com suas aspirações. Retornar a Barbacena já não lhe parecia melhor opção, pois percebera que ali havia lideranças políticas já fortemente cristalizadas, a exemplo da exercida por Crispim Jacques Bias Fortes, o que traria dificuldades para a construção de sua carreira política. E mais, em Barbacena já se instalara o irmão, José Bonifácio [“O embaixador”], que a elegera base de sua carreira política, sucedendo ao pai na liderança local. O espaço era pequeno demais para os dois (PEREIRA; FARIA, 1998, p. 33, 34).

Antônio Carlos percebeu não só o potencial econômico de Juiz de Fora como também observou a falta de uma liderança política sólida na cidade, o que não representaria dificuldade para suas atuações na área. Entretanto, sua ligação com elites industriais não necessariamente implicava que sua intenção, ao fundar a Aliança Liberal, fosse abrir as portas para a expansão capitalista no Brasil.

A ruptura

Como já abordado anteriormente, talvez fosse natural que as famílias Bias Fortes e Andrada rompessem sua aliança política; mas cedo ou mais tarde seus interesses na cidade acabariam divergindo. Todavia acontecimentos externos seriam determinantes para a precoce ruptura.

Na visão do atual deputado federal Bonifácio de Andrada, a família Bias Fortes foi, desde o início, contrária à Aliança Liberal e, consequentemente, ao levante que acabou com a República Oligárquica. “Bias Fortes [José Francisco], homem vivido, homem realista, acreditava que a Revolução de 30 era uma temeridade” (ANDRADA, 2007).¹² Sabendo que o levante representava perigo real para algumas

¹² Entrevista concedida por Bonifácio Andrada ao programa “Memória e Poder”. Série Políticos Mineiros. TV Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Belo Horizonte, jul. 2007.

oligarquias mineiras, poderia perder seu controle feudal na região. Além disso, era fiel aliado político do então vice-presidente Fernando de Melo Viana, inspirador da Concentração Conservadora, movimento político mineiro contrário à Aliança Liberal.

Contudo essa tese é facilmente refutada, visto que José Francisco Bias Fortes fora eleito em 1930 para a Assembleia Constituinte justamente pela Aliança Liberal. Não são nas causas da Revolução de 1930, e sim em suas consequências que encontramos os fatos determinantes para a ruptura política entre Andradadas e Bias Fortes.

Para Janaína Oliveira (2006), José Francisco Bias Fortes não era contrário à Aliança Libertadora e ao movimento que derrubou Washington Luís; a cisão entre as duas tradicionais famílias barbacenenses surgiu a partir da escolha do sucessor de Antônio Carlos para o governo de Minas Gerais:

No movimento revolucionário de 1930, Bias Fortes apoiou a Aliança Liberal. Nessa época debatia-se também a sucessão governamental mineira firmando-se dentro do PRM a candidatura de Fernando de Mello Vianna, vice-presidente do Brasil. Antônio Carlos indicou Olegário Maciel, presidente do Senado estadual, como candidato à sucessão. Diante de sua preterição Mello Vianna rompeu com o PRM e aderiu à Concentração Conservadora. Em solidariedade a Mello Vianna, Bias Fortes demitiu-se da Secretaria de Segurança. Outra consequência da cisão no PRM foi o início do conflito entre os Bias Fortes e os Andradadas em Barbacena. Desde então, as duas famílias passaram a disputar a hegemonia da política municipal (OLIVEIRA, 2006).¹⁸

Nestor Massena também acredita que José Francisco Bias Fortes não foi contrário à Revolução de 30; apenas não manifestou sua posição.

Em 1930, quando se verificou na política federal a luta pela sucessão presidencial de Washington Luís, poderia Bias Fortes ter-se aproveitado de seu dissenso com o Presidente Antônio Carlos, então chefe da Aliança Liberal para colocar-se ao lado de

¹⁸ OLIVEIRA, J. *José Francisco Bias Fortes*. 2006. Disponível em: <http://www.descubraminas.com.br/destinosturisticos/hpg_pagina.asp?id_pagina=265>. Acesso em: nov. 2007.

Presidente da República, mas tendo sido, novamente, eleito deputado federal e acreditando na pureza dos sentimentos democráticos dos que se opunham à candidatura de Júlio Prestes, solidário com a maioria dos chefes da política mineira, soldado disciplinado do PRM e preferindo como o velho Júlio Bueno Brandão, cair com a sua terra, colocou-se, embora não ostensivamente, ao lado de Getúlio Vargas no memorável movimento que resultaria nova fase e novos rumos na vida da República (MASSENA, 1985, p. 173).

Devido a sua localização estratégica, às margens da rodovia que levava ao Rio de Janeiro, na época a capital da República, Barbacena foi sede do Quartel General da Quarta Região Militar Revolucionária em 1930. O avanço dos revolucionários barbacenenses sobre Juiz de Fora, a tomada dessa praça, a subsequente rendição e adesão das tropas legalistas tornaram livre o acesso dos mineiros à capital do país. Para muitos, esse fato foi de vital importância para a deposição de Washington Luís e a vitória da Revolução.

Vitorioso o movimento revolucionário, Olegário Maciel (presidente mineiro indicado por Antônio Carlos para sua sucessão) nomeia José Bonifácio Lafayette de Andrada (Zezinho Bonifácio) para prefeito de Barbacena, causando a indignação da família Bias Fortes. É possível notar nesse fato o jogo de interesse político entre os poderes municipal e estadual.

Uma das possíveis explicações para as disputas entre as duas facções seria a seguinte: acostumado ao domínio do pai sobre a região, Bias Fortes [José Francisco] não absorveu a nomeação de Zezinho Bonifácio, sobre a qual, aliás, nem fora consultado. Não compareceu à cerimônia de posse do prefeito e iniciou com seu grupo forte movimento de oposição (PEREIRA; FARIA, 1994, p. 18).

Rompida a estrutura do poder local, com a perda da prefeitura barbacenense pelos Bias Fortes, começava então a suposta rivalidade entre Bias e Andradadas.

Tal fato não enfraqueceu os grupos políticos em questão; ao contrário, fortaleceu-os ainda mais. Se antes da ruptura ainda havia políticos contrários aos grupos dominantes, a partir de então quem desejasse ingressar na car-

reira pública em Barbacena deveria se aliar a um dos grupos em questão; não havia alternativa.

A política de Barbacena passou assim a ser distribuída entre dois polos: alguns apoiando os Andradas e outros, os Bias Fortes. Nesse contexto, começam de fato os supostos antagonismos entre as duas famílias. A ruptura assumiu proporções dramáticas, até porque implicava rompimento de vínculos familiares. As esposas de Zezinho Bonifácio e de José Francisco Bias Fortes, Vera e Francisca, eram irmãs (PEREIRA; FARIA, 1994, p. 17).

Em suma, a ruptura política entre Bias Fortes e Andradas começa a partir de diferenças em âmbito estadual, com a indicação do nome de Olegário Maciel em detrimento ao de Melo Vianna por Antônio Carlos para sua sucessão no governo mineiro, o que provocaria a cisão do PRM, e é consolidada com a mudança do poder local após 1930, a perda do comando “biísta” sobre a Prefeitura de Barbacena. Em vários estudos sobre a política barbacenense, é corrente a ideia de que os Bias Fortes seriam “mais ligados a terra” (ANDRADA, 2007), ou seja, preocupavam-se primordialmente em manter seu poder no município, ao contrário dos cosmopolitas Andradas, “família forasteira” que tinha Barbacena como fulcro para cargos em âmbito federal. Portanto, para a família Bias Fortes perder o poder em Barbacena era, de alguma forma, malograr sua própria razão política.

É falacioso pensar em antagonismos pessoais entre os membros das famílias Bias Fortes e Andrada. Se houve alguma espécie de animosidade como resultado da esfera política em Barbacena foi entre os simpatizantes dos dois poderosos clãs e não propriamente entre seus membros.

Nunca tiveram conflitos pessoais em debates [entre membros das famílias Andrada e Bias Fortes]. Os correligionários tiveram muitos conflitos, em vários lugares, embates fortes. É como na guerra, quem briga é o soldado. Em qualquer luta, em qualquer conflito de grupos, os que estão na frente é que vão brigar (ANDRADA, 2007).¹⁴

¹⁴ Entrevista concedida por Bonifácio Andrada ao programa “Memória e Poder”. Série Políticos Mineiros. TV Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Belo Horizonte, jul. 2007.

Conclusão

Não foi o intuito do presente artigo sobrevalorizar a esfera política em detrimento dos demais campos de análise para se interpretar a sociedade barbacenense. Para um estudo mais abrangente e completo, para entender o “que faz de barbacena, Barbacena” (parafraseando Roberto DaMatta), faz-se necessário abordar outros âmbitos da vida social do município, a forte religiosidade da população, alguns resquícios da família patriarcal, sua formação econômica, entre outros fatores, visto que são temas que ajudam a entender as peculiaridades barbacenenses.

Apesar de ser um período crucial para compreender o escopo do presente trabalho, o recorte histórico utilizado não permite uma visão geral das relações entre Bias Fortes e Andradadas. Algumas questões poderiam ser levantadas: o período pós 1945, quando as diferenças entre as famílias refletiam a dicotomia nacional entre PSD e UDN. A união dos dois clãs à ARENA, portanto a favor do regime militar. A emergência de novos atores políticos na década de 1980, principalmente profissionais liberais, sobretudo professores e médicos, o que viria a minimizar, ainda que em pequena intensidade, a hegemonia de Bias e Andradadas na cidade.

A criação do mito da rivalidade entre Bias Fortes e Andrada só veio beneficiar os dois grupos em questão. Quando estavam unidos na poderosa aliança abordada neste artigo ainda enfrentavam algum tipo de oposição. A partir do momento da ruptura, as duas famílias polarizaram a política local e, dessa forma, não deram margem à emergência de outros atores políticos, criando uma estrutura maniqueista na cidade: ou Bias ou Andrada. Se levarmos em conta aspectos subjetivos, torna-se difícil conceber uma ferrenha rivalidade entre famílias ligadas por laços de parentesco.

Pode-se perceber, ao longo deste artigo, como a literatura histórica e política barbacenense são marcadas por

forte teor laudatório, inerente à historiografia tradicional, utilizada para enaltecer os influentes políticos locais. Ao confrontar as ideias dos autores locais com as de outros autores, também acerca de temas nacionais (como a Revolução de 1930), ficam claras essas intenções por trás das obras barbacenenses. Bias Fortes e Andradas estiveram algumas vezes fora do governo barbacenense, mas isso não quer dizer que se ausentaram do poder. Este era exercido ou por meio de prefeitos eleitos com o apoio de uma das famílias, ou de ambas, ou por intermédio do Legislativo. É o que Raymundo Faoro chama de “distribuição natural do poder”: “manda quem manda” e não quem exerce o governo. Se a população barbacenense desejasse alterar esse quadro de dominação política a qual se submete a pelo menos um século, uma alternativa possível seria eleger uma Câmara de Vereadores independente, alheia à influência dos grupos tradicionais do município.

Espera-se que mais trabalhos científicos sobre Barbacena possam ser realizados. A cidade carece de obras que analisem criticamente sua história. São necessárias novas abordagens dos fatos, principalmente na esfera política, claramente distorcida em favor do *status quo* dominante.

Referências

- ABREU, A. A. de; BELOCHI, I. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- ANDRADA, A. C. D. de. *Ensaio Históricos: os Barbacenenses na Inconfidência Mineira, Coronelismo*. Barbacena: Gráfica e Editora Cidade de Barbacena, 1985.
- ANDRADA, B. de. *A revolução de 1930, marco histórico*. Belo Horizonte: Rona, 1995.
- ANDRADA, B. J. T. de.; LIMA, A. de. *História de Barbacena*. Coleção Cadernos Históricos, n. 1. Barbacena: Centro de Estudos Históricos da UNIPAC, 1999.
- ANDRADA, B. J. T. de. *Revista Geraes: um novo jeito de pensar Minas*. Barbacena, v. 1, n. 07, jan. 2008. Entrevista concedida à Bruna Alessandra.
- TAFURI, M. *O Menino da Ventarola*. Barbacena: Gráfica e Editora Cidade de Barbacena, 2007.
- BELLO, J. M. *História de República (1889-1954)*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- BERTOLA, M. *É proibido esquecer*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2005.
- BIAS FORTES, J. F. *Centenário*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1991.
- CALMON, P. *História do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

CARVALHO, J. M. de. Coronelismo. In: ABREU, A. A. de; BELOCHI, I. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CORRÊA, N. *Democracia, Educação e Liberdade*. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965.

COSTA, P. P. da S. *A vida dos grandes brasileiros – 2: José Bonifácio*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1974.

CRISPIM JACQUES BIAS FORTES. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2009. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Crispim_Jacques_Bias_Fortes>. Acesso em: jan. 2008

FAORO, R. *Os donos do poder*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUTO, B. *A revolução de 1930: historiografia e história*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FAUTO, B. *História do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.

FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS. *A Cultura em Barbacena: Literatura, História e Geografia*. Barbacena, 1999.

GUANABARA, A. A presidência Campos Sales. Rio de Janeiro: Laemmert, 1902. In: FAORO, R. *Os donos do poder*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

GRAÇA FILHO, A. de A. A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del, 1831 – 1888. São Paulo: Annablume, 2003. In: LIBBY, D. C. Notícia bibliográfica. *Boletim de História Demográfica*, ano X, n. 28, mar. 2003. Disponível em: <http://historia_

demografica.tripod.com/bhds/bhd28/bhd28.htm>. Acesso em: jan. 2008.

HORTA, C. R. *Famílias governamentais de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1956.

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2009. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Bonif%C3%A1cio_de_Andrade_e_Silva#Origem_familiar>. Acesso em: jan. 2008.

LIBBY, D. C. Notícia bibliográfica. *Boletim de História Demográfica*, ano X, n. 28, mar. 2003. Disponível em: <http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd28/bhd28.htm>. Acesso em: jan. 2008.

MATOS, R. J. C. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*: 1837. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979.

MASSENA, N. *Barbacena: a terra e o homem*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

OLIVEIRA, J. *José Francisco Bias Fortes*. 2006. Disponível em: <http://www.descubraminas.com.br/destinosturisticos/hpg_pagina.asp?id_pagina=265>. Acesso em: nov. 2007.

PASSOS, M. Reitor ministra palestra sobre história de Barbacena. *Unipac Notícias*, Barbacena. Disponível em: <<http://www.unipac.br/noticias/index.php?id=487>>. Acesso em: nov. 2007.

PEREIRA, L. M. L.; FARIA, M. A. de. *José Bonifácio Lafayette de Andrada - Zézinho Bonifácio - uma vida dedicada à política*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1994.

PEREIRA, L. M. L.; FARIA, M. A. de. *Presidente Antônio Carlos*: um Andrada na República, o Arquiteto da Revolução de 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SAVASSI, A. J. *Barbacena - 200 Anos*. v. 2, 2. ed. Belo Horizonte: Lemi, 1991.

SCHWARTZMAN, S. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/bases/bases.htm>> . Acesso em: nov. 2007.

SCHWARTZMAN, S. Comentário ao livro de John Wirth, *Minas Gerais and the Brazilian Federation, 1889-1937*. Stanford University Press, 1977, publicado em *Isto É*, 21 de junho de 1978. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/wirth2.htm>> . Acesso em: nov. 2007.

SCHWARTZMAN, S. *Representação e cooptação política no Brasil*. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/dados7.htm>> . Acesso em: dez. 2007.

SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930 - 1964*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

VIANNA, O. Evolução do povo brasileiro. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1933. In: CORRÊA, N. *Democracia, Educação e Liberdade*. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965.

VIANNA, O. Populações meridionais do Brasil: história, organização, psychologia. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1938. In: HORTA, C. R. *Famílias governamentais de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1956.

The political relations between the families Bias Fortes and Andrada in the city of Barbacena: from the formation of a powerful alliance to the creation of the myth of a strong rivalry

Abstract

This article talks about the political relations between Bias Fortes and Andrada families in Barbacena, Minas Gerais. The period in screen goes from the formation of the powerful alliance between the clans, in the last decade of the XIX century, until the rupture of this political arrangement due to the modifications of the Brazilian State after the 1930 Revolution. At that time it was created the myth of a strong rivalry between Bias Fortes and Andradadas. That would characterize peremptory Barbacena's political history. Focusing on the debate between local authors and well-known names of Brazilian thought we aim to demonstrate how some historical facts related to local, regional and national politics are misinterpreted by Barbacena's historical literature.

Keywords: Barbacena; politics; Bias Fortes; Andradadas.

Artigo recebido em: 18/10/9

Aprovado para publicação em: 10/11/9